

MENSAGEM DO VICE-PRESIDENTE



Tal como tem sido habitual, a cada dois anos a APES promove um workshop de Economia e Política de Saúde, particularmente direccionado para jovens investigadores que, assim, podem beneficiar de uma discussão dos trabalhos que têm em curso. É, na sua essência, uma iniciativa de cariz científico. Mas a dinâmica deste workshop ultrapassa (e muito) o domínio científico. Por um lado, possibilita a interacção entre os investigadores presentes ao longo dos três dias em que se realiza, não apenas durante o workshop propriamente dito, mas sobretudo nos (muitos) momentos de socialização; por outro, por participarem investigadores com diferentes níveis de senioridade, contribui claramente para trabalho científico futuro que possa resultar dessas discussões.

Contamos com a vossa presença!

Ricardo Gonçalves

*Todas as sugestões
são bem-vindas!*

apes@apes.pt

CONVITE

No relançamento da Newsletter APES pretendemos contar com o apoio de todos os associados! Sugira-nos rubricas para serem incluídas na sua Newsletter ou indique-nos se tem disponibilidade para escrever na próxima edição, por exemplo sobre um trabalho que tenha acabado de publicar ou sobre um projecto em que esteja envolvido.

7º WORKSHOP

ECONOMIA E POLÍTICA DE SAÚDE PENAMACOR, 28 A 30 DE SETEMBRO 2018

PALACE HOTEL & SPA TERMAS DE SÃO TIAGO, PENAMACOR

APELO A COMUNICAÇÕES E INSCRIÇÕES

Datas importantes

20/06/2018

**Limite envio de
comunicações**

16/07/2018

Resultado da avaliação
das candidaturas

12/09/2018

Limite para inscrições

Informações

Número máximo de
participantes: 50.

Ordem de seleção:

a) apresentadores
e comentadores
(até 10 pessoas);

b) organizadores
e convidados
(até 10 pessoas);

c) outros sócios da APES
(restantes vagas).

No caso do número de
interessados exceder o
número de vagas, os
participantes abrangidos pela
alínea c) serão selecionados
por ordem de inscrição.

Custo

Taxa de inscrição: €60

Despesas de alojamento
e refeições incluídas na
taxa de inscrição

A APES vai realizar entre os dias 28 e 30 de Setembro no Palace Hotel & Spa Termas de São Tiago, em Penamacor, o 7º Workshop APES: Economia e Política de Saúde.

O Workshop destina-se aos associados da APES e tem como objetivo a apresentação de trabalhos num formato que permite uma discussão mais aprofundada – 25 minutos para exposição, 20 minutos para comentário e 15 minutos para debate com a assistência.

Os autores interessados em apresentar trabalhos no 7º Workshop APES devem enviar o seu trabalho por correio eletrónico para apes@apes.pt até dia **20 de junho de 2018**. Os trabalhos a submeter devem ter o formato de um **artigo científico com cerca de 15-20 páginas**.

A seleção de artigos para apresentação será feita com base no mérito científico do trabalho e na sua relevância para a Economia e Política da Saúde, incluindo estudos metodológicos ou empíricos no contexto português ou internacional. O Workshop destina-se a trabalhos em curso. A decisão sobre a aceitação será comunicada aos autores até ao dia 16 de julho de 2018.

Os participantes apenas terão a seu cargo uma pequena taxa de inscrição no valor de €60, ficando as despesas de alojamento por conta da organização e patrocinadores. As inscrições estão abertas até ao dia 12 setembro de 2018 neste [link](#).

Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).

Ficha de Identidade

Marisa Miraldo
Associate Professor in
Health Economics,
Imperial College Business
School



À CONVERSA COM...

Marisa Miraldo

Quais as principais mensagens da investigação sobre personalidade e hábitos alimentares que apresentou no *World Economic Forum 2018*?

Há três mensagens. A primeira é que todos nós podemos ser caracterizados por um “tipo comportamental” que é definido (entre outras coisas) pela nossa atitude em relação ao risco e o nosso nível de autocontrolo. A segunda é que dependendo do nosso tipo comportamental temos melhores ou piores hábitos alimentares. Por fim, dado que existem diversos tipos comportamentais, necessitamos de intervenções de prevenção personalizadas de modo a melhorar os hábitos alimentares.

Relativamente à falta de sucesso de grande parte das intervenções para promover melhores hábitos alimentares implementadas até ao presente, e da necessidade de adequar estas intervenções aos perfis comportamentais de diferentes grupos, há algum aspecto que destaque relativamente aos Portugueses e à aplicação destas estratégias no nosso país?

Recentemente, no nosso país temos vindo a apostar numa série de políticas que prometem melhorar os hábitos alimentares, e desse modo combater os fatores de risco associados a doenças como o cancro e as doenças cardiovasculares. Estas políticas são bem-vindas, mas o que demonstramos na nossa investigação é que por si só não são suficientes. Necessitamos de políticas de prevenção personalizada.

Quais os aspectos mais marcantes da sua participação no *World Economic Forum* e da experiência em Davos?

Sem dúvida ter tido a oportunidade de apresentar a minha investigação e recomendações para política de saúde a líderes mundiais. Foi certamente um reconhecimento global do meu trabalho (e dos meus colaboradores). Mas o que marcou a semana foi sem dúvida a oportunidade única de debater ideias com líderes mundiais nas mais diversas áreas. Destaco as viagens de taxi entre edifícios que proporcionavam sempre discussões interessantíssimas entre 3/4 pessoas que de outro modo possivelmente não se encontrariam. Foram muitas ao longo de uma semana intensiva de sessões, mas destaco a oportunidade de debater o tema das desigualdades de género com Ngozi Okonjo-Iweala, e iniciativas de combate às desigualdades com Chetna Sinha que este ano foi uma das 7 co-chairs do evento.

A investigação apresentada no World Economic Forum é uma colaboração com Matteo Galizzi.

A [Nutrition and Food Network](#) e a [Behavioural Experiments in Health Network](#) são duas iniciativas das quais Marisa Miraldo faz parte, respetivamente dos membros fundadores e da comissão estratégica.

Ficha de Identidade

Pedro Pita Barros

Professor Catedrático na
Nova School of Business
and Economics



OPINIÃO

Por Pedro Pita Barros

Surgiu no último ano uma discussão pública sobre a necessidade de uma nova Lei de Bases da Saúde, com propostas a serem apresentadas por diferentes partes. Existem neste momento pelo menos quatro propostas para pensar numa nova lei de bases da saúde: o contributo Arnaut-Semedo, uma apresentada por [petição pública](#), uma [apresentada](#) por um conjunto de 44 personalidades, e a comissão presidida por Maria de Belém Roseira (surgida em reação ao lançar da discussão sobre essa nova lei de bases).

É duvidoso que a atual Lei de Bases da Saúde tenha impedido o que quer que fosse na condução do sistema de saúde, e do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em particular. Aliás, esta sensação foi reforçada por afirmações de Francisco Ramos numa entrevista recente nesse mesmo sentido.

Do ponto de vista político, é perfeitamente natural o Ministro da Saúde criar uma comissão que faça uma proposta de revisão de lei de bases.

Todos os outros grupos, políticos, de profissionais, ou interessados, poderão contribuir, publicamente, quando houver uma proposta. Será assim claro qual o contributo de cada entidade ou grupo, e em que sentido vai. É bastante mais transparente que uma grande comissão onde à porta fechada “lutariam” as diferentes visões. É mais salutar conhecer o que cada um defende e porquê.

O outro aspecto que parece surgir, pelo menos em algumas das propostas que foram transmitidas pela comunicação social, é o tom da revisão da Lei de Bases ser no sentido de limitar e restringir opções, em lugar de pensar nos objectivos finais e em usar os “instrumentos” disponíveis da melhor forma possível.

Até pode ser que neste percurso de discussão se descubra se os problemas do sistema de saúde, e do SNS, serão resolvidos pela revisão da Lei de Bases, ou se não é aí que está o problema central.

Esta revisão tem que ser feita no quadro da Constituição da República Portuguesa e suas implicações, que vão muito além do que está no artigo 64º, o mais conhecido quanto à saúde. Há implicações resultantes das disposições sobre dignidade da pessoa humana, por exemplo. Existem diversos artigos que são relevantes, incluindo o combate às desigualdades no território.

A lei de bases da saúde funciona sobretudo como enquadradora do desenvolvimento do SNS e da relação público – privado – social, para um SNS que tem a decisão muito centralizada e para um país muito assimétrico nas suas necessidades e possibilidades de resposta. A criação de um conjunto de princípios não deve fechar os instrumentos que se

“Até pode ser que neste percurso de discussão se descubra se os problemas do sistema de saúde, e do SNS, serão resolvidos pela revisão da Lei de Bases, ou se não é aí que está o problema central.”

“A criação de um conjunto de princípios não deve fechar os instrumentos que se possam utilizar e que tenham a melhor capacidade de promover os objetivos pretendidos em cada momento.”

possam utilizar e que tenham a melhor capacidade de promover os objetivos pretendidos em cada momento.

Aspectos que merecem reflexão são: a) como resolver a colocação dos médicos no interior, e a necessidade de pensar em novos mecanismos; b) a importância da utilização dos sistema de informação – o conhecimento acompanha a pessoa, mas também poderá permitir o maior envolvimento do doente na gestão da sua situação, que poderá ser temporária ou permanente; c) pensar no cidadão no centro do sistema como força central, discutir os problemas dos profissionais orientados para beneficiar o cidadão; d) a lei de bases deve ajudar a resolver os problemas, mas há aspectos que vão exigir intersectorialidade na saúde (segurança social, habitação, educação, etc...); e) promoção da saúde e prevenção da doença; f) saúde pública (ficando no ar a questão de será que é por aqui que se consegue libertar a capacidade de trabalho e vontade de fazer das novas gerações?); g) saúde mental; h) integração de cuidados; h) o papel da inteligência artificial e sua ligação à (re)humanização do contacto médico – doente (via libertação do tempo do médico); a humanização é empatia e é diferente de qualidade enquanto elemento técnico (nota mental: rever os dois filmes Blade Runner como introdução a estas reflexões); i) formação pré-graduada.

“Em geral, as leis não resolvem os problemas, mas ajudam a enquadrar.”

Em geral, as leis não resolvem os problemas, mas ajudam a enquadrar. O que quer que seja que venha a ser aprovado terá que ser acompanhado para ser regulamentado e aplicado. E quanto destes aspectos poderá ser apanhado pelo ciclo político de eleições, e falhar nos passos finais, não é claro neste momento.

A discussão sobre a nova Lei de Bases da Saúde começou, é para ser acompanhada e receber as contribuições de todos (cidadãos, comunidade científica e comunidade profissional)

BOLSAS E PRÉMIOS

Brevemente

Prémio Pedro Pita Barros

O prémio Pedro Pita Barros, promovido pela Associação Portuguesa de Economia da Saúde (APES), com o patrocínio da Associação Nacional de Farmácias (ANF), visa promover a investigação na área da Economia da Saúde por jovens investigadores. O prémio monetário de €3.500 (três mil e quinhentos euros) será atribuído ao melhor artigo científico na área da Economia da Saúde publicado numa revista científica com *peer review* nos dois anos precedentes ao ano de atribuição do prémio. Nesta primeira edição do Prémio Pedro Pita Barros, a data limite para envio de trabalhos é 30 de Setembro. O regulamento e mais informações serão brevemente disponibilizados em www.apes.pt.

BOLSAS E PRÉMIOS (CONTINUAÇÃO)

Concluídos

Bolsa Medtronic

Premiada:
Dra. Helena Silva Pereira

Projecto:
Telemedicina:
Oportunidades e Barreiras
na utilização de
teleconsultas na Diabetes
Mellittus



A Bolsa de Mestrado APES - Medtronic em Economia da Saúde / Gestão de Saúde / Políticas de Saúde foi atribuída à Dra. Helena Silva Pereira para o desenvolvimento do projecto "Telemedicina: Oportunidades e Barreiras na utilização de teleconsultas na Diabetes Mellittus" no âmbito do Mestrado em Estudos de Gestão sob a orientação científica da Professora Doutora Nazaré Rego.

PRÓXIMOS EVENTOS

Jornadas de Economía de la Salud | AES

A XXXVIII edição das *Jornadas de Economía de la Salud* da AES (*Asociación de Economía de la Salud*) terá lugar em *Las Palmas de Gran Canaria*, nos dias 20, 21 e 22 de Junho de 2018, sob o tema '*Compartiendo decisiones: ¿Qué cambios se requieren?*' (Tomada de decisão partilhada: que mudanças necessárias?). O tema pretende abordar inclusão de vários agentes na tomada de decisão – entre os quais os doentes e os cidadãos, e como podem as ferramentas baseadas na evidência ser úteis para facilitar a decisão partilhada.

Para mais informações aceda [aqui](#).

12th EuHEA Conference | EuHEA

A *12th EuHEA Conference* será organizada pela *Maastricht University* e *Maastricht UMC+* (Maastricht Medical Center), de 11 a 14 de Julho de 2018, no *Maastricht Exhibition & Congress Centre* (MECC). O tema da conferência '*Shaping the Future: the Role of Health Economics*' pretende evidenciar a necessidade e importância da economia da saúde e promover a cooperação entre todas as associações e grupos nacionais, assim como promover a economia da saúde nas universidades europeias.

Para mais informações aceda [aqui](#).



EUHEA CONFERENCE 2018
12th EUROPEAN CONFERENCE ON HEALTH ECONOMICS
11-14 JULY 2018 MECC MAASTRICHT, THE NETHERLANDS

PRÓXIMOS EVENTOS (CONTINUAÇÃO)

EUHEA

2018 Student-supervisor conference | EuHEA

A *5th EuHEA PhD Student-Supervisor and Early Career Researcher Conference* será organizada pela *Associazione Italiana di Economia Sanitariae e pelo Dipartimento di Economia e Impresa de la Università degli Studi di Catania*, de 5 a 7 de Setembro de 2018. O objectivo da conferência é facultar a estudantes de doutoramento e investigadores jovens a oportunidade de apresentarem e discutirem os seus trabalhos com os seus pares e investigadores mais experientes.

Datas importantes

04/05/2018 a 30/06/2018
Inscrição a preço reduzido

Para mais informações aceda [aqui](#).



21st Annual European Congress| ISPOR

O *21st Annual European Congress* decorrerá entre 10 e 14 de Novembro de 2018, em Barcelona.

Datas importantes

01/03/2018 a 13/06/2018
Submissão de abstracts
25/09/2018
Fim da inscrição a preço
reduzido

Para mais informações aceda [aqui](#).

Julian Perelman Análise de intervenções em saúde	07 MAR
João Marques Gomes Value-based health care	08 MAR
Céu Mateus Avaliação económica	07 MAI
Pedro Pita Barros Economia da saúde	04 JUN
Joana Alves Análise de desigualdades em saúde	05 JUN
Filipa Fonseca Gestão em saúde: análise de processo	06 JUN
Isabel Albuquerque Liderança, cultura e gestão da mudança	07 JUN

Módulos *Nova Healthcare Initiative*

Estão a decorrer, até Junho de 2018, os Módulos da *Nova Health Care Initiative*. Este ciclo de minicursos destina-se a discutir temas da atualidade nas áreas da Gestão em Saúde, Economia de Saúde e Saúde Pública, com o objectivo de aproximar a investigação académica e a discussão pública. Os módulos são apresentados por vários investigadores académicos e abertos a qualquer membro do público interessado na discussão destes temas, não sendo necessário qualquer conhecimento especializado prévio.

As inscrições são gratuitas, embora limitadas à lotação da sala, e podem ser efectuadas por e-mail para info@novahi.pt. Para mais informações aceda [aqui](#).

